



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

Fone/Fax: (53) 3257-1395

Fones: (53) 3257-2584 - 3257-1576 - 3257-2009 - 3257-1260

e-mail: [camara@camarapiratini.rs.gov.br](mailto:camara@camarapiratini.rs.gov.br)

[www.camarapiratini.rs.gov.br](http://www.camarapiratini.rs.gov.br)

## CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

### CONTRATO Nº 02/2016

O Poder Legislativo do município de Piratini, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 22.862.949/0001-33, com sede à Rua Bento Gonçalves, 116, Centro, na cidade de Piratini-RS, neste ato representado pelo Presidente, Vereador Lourenço Silva de Souza, portador do CPF nº 553.653.700-82, ora denominado **CONTRATANTE**; Adilson de Oliveira, brasileiro, solteiro, titular do CPF nº 017.370.930-30, RG nº 44095323939, residente na Rua Davi Canabarro, 162, ap. 103, centro, nesta cidade de Piratini-RS, ora denominado **CONTRATADO**.

Firmam o presente **CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**, nos termos da Lei Municipal nº 1683/2016, e seguintes cláusulas assim pactuadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

A contratação, regida pelo vínculo administrativo-estatutário, é por tempo determinado para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público e terá início a partir do dia 02 do mês de maio de 2016.

#### CLAUSULA SEGUNDA – Do prazo:

A contratação se dará pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1683/2016, em consonância ao disposto nos artigos 236/240 da Lei Municipal nº 424/2002.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Da prestação dos serviços e da atividade:

A prestação dos serviços do contratado destina-se a atender as atribuições da função pública temporária de Tesoureiro, nos termos autorizados pela Lei Municipal nº 1683/2016.

#### CLÁUSULA QUARTA – Da carga horária semanal:

A carga horária semanal será de 30 (trinta) horas semanais.

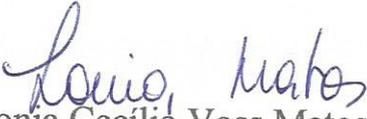
Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, mediante convocação e quando não acordada compensação de horários, serão pagos ao contratado as horas respectivas e os adicionais que a Lei contemplar.



## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que este documento contido no anverso desta, esteve afixada no Pannel de Publicações da Câmara Municipal no período compreendido entre os dias 02/05/2016 a 20/07/2016.

Piratini-RS, 20 de julho de 2016

  
Sonia Cecília Voss Matos  
Assessora da Presidência



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

Fone/Fax: (53) 3257-1395

Fones: (53) 3257-2584 - 3257-1576 - 3257-2009 - 3257-1260

e-mail: [camara@camarapiratini.rs.gov.br](mailto:camara@camarapiratini.rs.gov.br)

[www.camarapiratini.rs.gov.br](http://www.camarapiratini.rs.gov.br)

## CLÁUSULA QUINTA – Do Vencimento e da remuneração:

O contratante pagará ao contratado, mensalmente, o vencimento de R\$ 2.130,47 (dois mil cento e trinta reais e quarenta e sete centavos), observados os descontos legais cabíveis.

Ficam asseguradas ao contratado as demais vantagens a ele estendidas pelo Regime Jurídico.

## CLÁUSULA SEXTA – Dos descontos:

Estará o contratado subordinado à legislação vigente no que diz respeito aos descontos de faltas e demais sanções disciplinares contidas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Piratini (Lei nº 424 de 29 de agosto de 2002).

Sempre que causar algum prejuízo, resultante de alguma conduta dolosa ou culposa, ficará obrigado o contratado a ressarcir o contratante por todos os danos causados, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, via processo disciplinar.

## CLÁUSULA SÉTIMA – Das Disposições Especiais:

O contratado compromete-se também, manter conduta irrepreensível no ambiente de trabalho, constituindo motivos para demissão pelo contratante, os previstos no art. 135 e seus incisos da Lei Municipal nº 424/2002 – Regime Jurídico dos servidores Públicos do Município de Piratini, garantidos, por sindicância, processo administrativo especial ou disciplinar, os direitos constitucionais de ampla defesa e contraditório ao contratado.

## CLÁUSULA OITAVA – Das Disposições Finais:

O contrato poderá ser rescindido, por interesse do Poder Legislativo, a qualquer tempo.

Por iniciativa do **CONTRATADO**, poderá este contrato ser rescindido, desde que comunicado com antecedência mínima de cinco dias.

E por estarem assim contratados, nos termos de seus respectivos interesses, mandaram as partes lavrar o presente instrumento que assinam para as finalidades de direito.

  
Lourenço Silva de Souza  
Presidente do Legislativo

Piratini-RS, 02 de maio de 2016

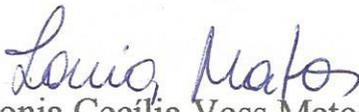
  
Adilson de Oliveira  
Contratado



## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que este documento contido no anverso desta, <sup>verso desta,</sup>  
esteve afixada no Painel de Publicações da Câmara Municipal no período <sup>no período</sup>  
compreendido entre os dias 02/05/2016 a 20/07/2016.

Piratini-RS, 20 de julho de 2016

  
Sonia Cecília Voss Matos  
Assessora da Presidência